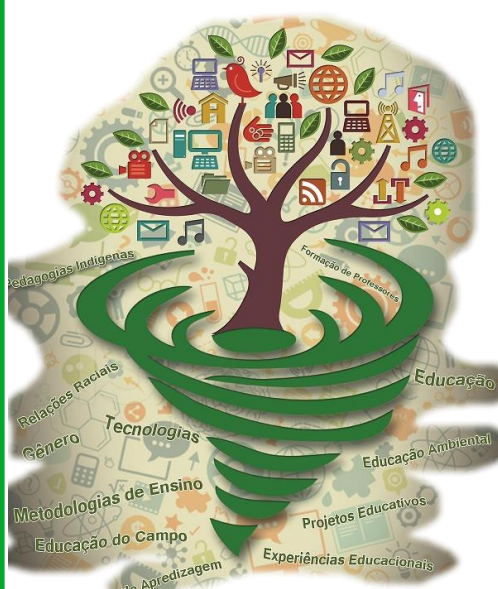


Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

EXPEDIÇÃO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL DO POVO KAYABI

Expedition to the traditional territory of the Kayabi
people

Expedición al territorio tradicional del pueblo
Kayabi

Elimar Munduruku

Mestrando do PPGEII-Programa de Pós-Graduação
em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7395-9340>

Email: edilso.krxi@unemat.br

Maria Helena Rodrigues Paes

Docente da UNEMAT-Universidade do Estado de Mato
Grosso, Campus de Tangará da Serra-MT.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1470-9366>

Email: ninhapaes@unemat.br

Neodir Paulo Travessini

Docente da UNEMAT-Universidade do Estado de Mato
Grosso, Campus de Tangará da Serra-MT.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7227-7205>

Email: neodir@unemat.br

Como citar este artigo:

MUNDURUKU, Elimar, PAES, Maria Helena
Rodrigues, TRAVESSINI, Neodir Paulo. Expedição ao
território tradicional do povo Kayabi. **Revista de
Comunicação Científica – RCC**, set/dez., Vol. 2, n.
16, pgs. 142-157, 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume 2, número 16 (2024) ISSN 2525-670X



EXPEDIÇÃO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL DO POVO KAYABI

Expedition to the traditional territory of the Kayabi people

Expedición al territorio tradicional del pueblo Kayabi

Resumo:

O povo Kayabi da aldeia Kururuzinho, habita espaço compartilhado com outras etnias, fato que, somado à violência dos tempos coloniais, levou a cultura a quase desaparecimento, tal qual o uso da língua materna. Numa postura decolonial, de resistência, a Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, com contribuição de anciãos e comunidade, desenvolve diversas ações no sentido de fortalecer a cultura ancestral. O objetivo deste trabalho é relatar uma atividade de expedição a terras tradicionais Kayabi, incentivando os alunos a valorizar a língua e a cultura originária. Compreendemos que tal atividade proporcionou maior sentimento de pertença e reconhecimento da cultura tradicional do povo Kayabi.

Palavras-chave: Cultura Originária; Povo Kawaiweté; Escola intercultural; Práticas específicas e diferenciadas;

Abstract:

The Kayabi people of the Kururuzinho village live in a space shared with other ethnicities, a fact that, combined with the violence of colonial times, led to the almost disappearance of their culture, as did the use of their mother tongue. In a decolonial stance of resistance, the *Itaawy'ak* Indigenous State School, with the contribution of elders and the community, develops several actions to strengthen ancestral culture. The objective of this work is to report an expedition activity to traditional Kayabi lands, encouraging students to value the original language and culture. We understand that this activity provided a greater feeling of belonging and recognition of the traditional culture of the Kayabi people.

Keywords: Original Culture; Kawaiweté people; Intercultural school; Specific and differentiated practices.

Resumen:

El pueblo Kayabi de la aldea Kururuzinho vive en un espacio compartido con otras etnias, hecho que, combinado con la violencia de la época colonial, llevó a la casi desaparición de su cultura, al igual que el uso de su lengua materna. En una postura descolonial de resistencia, la Escuela Estatal Indígena *Itaawy'ak*, con el aporte de los mayores y la comunidad, desarrolla diversas acciones para fortalecer la cultura ancestral. El objetivo de este trabajo es relatar una actividad de expedición a tierras tradicionales Kayabi, incentivando a los estudiantes a valorar la lengua y cultura original. Entendemos que esta actividad brindó un mayor sentimiento de pertenencia y reconocimiento a la cultura tradicional del pueblo Kayabi.

Palabras clave: Cultura originaria; Pueblo Kawaiweté; Escuela intercultural; Prácticas específicas y diferenciadas.



Introdução

O conhecimento de saberes ancestrais que estão nas memórias de nossos anciões vem facilitando a forma de trabalhar de modo a envolver a educação escolar e a comunidade Kayabi. A inserção de saberes indígenas na rotina escolar, valorizando as práticas da cultura ancestral tem feito com que os mais jovens desenvolvam sentimentos de maior respeito pela sua cultura originária.

O povo Kayabi, assim como os demais indígenas brasileiros, sofreu forte devastação durante o processo colonial brasileiro e quase foram à extinção. No caso dos Kayabi, da Terra Indígena Kayabi, praticamente não fazem mais uso de costumes da tradição conforme os antepassados, tendo em vista as mudanças na sociedade, bem como a chegada da tecnologia ocidental e a relação com os Munduruku e os Apiaká que também habitam o mesmo espaço da aldeia. De acordo com tal situação, escola e comunidade discutiram a problemática e concluíram sobre a necessidade de mudar a forma de trabalhar com os alunos, já que a escola estava trabalhando muito distante dos saberes tradicionais (na maioria das vezes, somente na oralidade) e os alunos apresentavam desinteresse pela educação escolar, em especial, pelos conhecimentos da cultura indígena.

No ano de 2023 tivemos a ideia de implementar as aulas de campo, trazendo os alunos mais próximos da realidade do povo. Atualmente a escola, para trabalhar os saberes indígenas, trabalha na oralidade, mas também com práticas, abordando todos os saberes e valorizando todos os conhecimentos do povo Kayabi.

Quando fiz a Graduação em Licenciatura em Pedagogia Intercultural, em meu Trabalho de Conclusão de Curso, abordei um tema relacionado aos alimentos tradicionais do povo Kayabi. Pesquisei bastante e fiz entrevistas com anciões sobre os alimentos tradicionais do meu povo, os quais praticamente não estavam mais sendo consumidos e valorizados pela minha comunidade, principalmente pelos jovens. Com o resultado dessa primeira pesquisa, levei meus conhecimentos sobre os alimentos tradicionais para a escola e fizemos aulas práticas da produção destes alimentos. Percebi que houve um grande avanço pois, atualmente, conseguiremos

trazer as práticas tradicionais da cultura Kayabi para a escola e assim os alunos aprenderam na prática.

Com esse resultado fiquei bastante animado e decidi promover mais aulas práticas, desta vez com o tema sobre uma expedição ao território tradicional do povo Kayabi. Imaginei que, visitando os lugares onde viveram nossos ancestrais os alunos se sentiriam mais motivados e passariam a valorizar um pouco mais sua cultura tradicional. E, realmente, foi uma atividade na qual notei bastante envolvimento dos alunos e interesse em ouvir as explicações dos anciãos sobre os lugares visitados. Após a expedição realizada, já em sala de aula, trabalhamos com as anotações, gravações e registros através de fotos.

Um dos objetivos da expedição, além de conhecer os locais sagrados, foi o de buscar conhecer, na língua Kayabi, os nomes tradicionais dos lugares, dois peixes, de plantas e dos alimentos tradicionais daquela região, visando os conhecimentos que relacionam aos indígenas do povo Kayabi da Terra Indígena Kayabi.

Esse trabalho aqui apresentado tem o objetivo de fazer um relato sobre como ocorreu a expedição, seus objetivos e como se estabeleceu a relação entre a educação escolar e os saberes tradicionais do meu povo.

Elimar Munduruku. Professor e defensor da escola específica e diferenciada

Sou Elimar Akai Munduruku, originário da etnia Munduruku; tenho 37 anos e sou filho de Albertino Hakai e Maria Inês Kayabi, ou seja, tenho origem mestiça das duas etnias. Nasci na aldeia Kururuzinho, na Terra Indígena Kayabi, que fica localizada à margem direita do Rio São Manoel, já quase na divisa do Estado de Mato Grosso e Pará. Não sou falante de língua materna, mas compreendo algumas palavras quando são pronunciadas, tanto palavras da língua materna da minha mãe quanto as da língua materna de meu pai. Mas, em geral, eu e as pessoas, na minha aldeia, não costumamos nos comunicar em língua materna, até pela diversidade de povos que lá habita.

Embora meu nome tenha registrado o nome da etnia Munduruku, por parte do meu pai, nasci e fui criado na aldeia Kururuzinho e tenho adquirido mais o conhecimento do povo Kayabi, também por parte da minha mãe ser do povo Kayabi.



Então, me auto reconheço como uma pessoa Kayabi, ou seja, como um Kawaiwete, que é a autodenominação dos Kayabi.

Aos sete anos meus pais levaram-me para estudar em uma escola municipal chamada Escola Municipal Primavera Um. Essa escola fica localizada no município de Jacareacanga-PA e fica muito longe da aldeia Kururuzinho. Para chegar nesse município leva-se dois dias de viagem e, naquela época, meus pais moravam lá, por isso estudei naquela escola. Na região de Jacareacanga, a Escola Municipal Primavera Um se localizava em uma vila chamada Barra de São Manuel e lá fiquei estudando até o sexto ano, que na época era conhecida como sexta série. No ano de dois mil retornei para minha aldeia Kururuzinho e, aos meus quatorze anos conheci uma pessoa muito especial em minha vida e com ela me casei.

No ano de dois mil e seis iniciou o projeto Hayô na cidade de Juína, um Programa de formação de professores para o Magistério e, nessa oportunidade, aproveitei para dar continuidade nos meus estudos. Em dois mil e dez consegui concluir o Magistério Intercultural e, com este curso finalizado, consegui fazer inscrição para cursar a Faculdade Intercultural na UNEMAT. Iniciei os meus estudos no ano de dois mil e doze e conclui no ano de dois mil e dezesseis e sou professor graduado em Licenciatura em Pedagogia Intercultural pela UNEMAT. E, depois de muita dedicação, continuo novamente em busca de mais conhecimento, me qualificando e sempre fortalecendo cada vez mais minha vida acadêmica.

Trabalho a dezesseis anos na Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, sendo que entre os anos de dois mil e dezenove e dois mil e vinte estive como Diretor da escola e os demais anos sempre trabalhei em sala de aula como professor. Atualmente trabalho com a turma do quinto ano, com turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e também com as turmas do Ensino Médio, do primeiro ao terceiro ano.

Meu Povo: Os Kawaiweté

O povo Kayabi, que se autodenomina de Kawaiwete, é tradicional habitante de terras onde é o conhecido Estado do Pará. No decorrer da história de contato com os ocidentais muitos conflitos aconteceram para ocupação das terras ancestrais do meu povo. Após muitas perdas de vida, o grupo acabou sendo transferido para uma região

do Xingu, como forma de proteção daquelas pessoas. Por não se adaptar bem na nova região, algumas famílias, depois de um tempo, decidiram voltar para sua tradicional morada, mas, outros permaneceram no Xingu.

No Estado de Mato Grosso há grupos Kayabi que vivem às margens do Rio Xingu e estes são falantes da língua materna e mantêm fortes as tradições da cultura. Outro grupo vive às margens do Rio dos Peixes, na região de Juara, e poucos falam a língua materna. O grupo que vive no Estado do Pará está espalhado em diversas aldeias às margens do Rio São Manuel, mais ao sul do Estado. (Munduruku, 2016, p.13)

Muito das tradições culturais não são mais praticadas pelos Kawaiwté que moram na divisa de Mato Grosso com o estado do Pará. Na Terra Indígena Kayabi, onde se localiza a aldeia Kururuzinho, além de Kayabi também moram pessoas das etnias Munduruku e Apiaká, sendo um dos fatores que levam as pessoas a usar a língua portuguesa como forma de comunicação entre si, desta forma, poucos falam suas línguas maternas. As pessoas das três etnias que residem na aldeia Kururuzinho, seguem as normas e as diretrizes da aldeia e da escola, sem distinção de povo ao qual pertence. As decisões são sempre tomadas em reunião e de comum acordo com todos.

Aldeia Kururuzinho

A aldeia Kururuzinho se localiza às margens do Rio Teles Pires, que alguns chamam de Rio São Manuel, na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará. Mais especificamente, a aldeia pertence aos limites geográficos do município de Apicás-MT. Segundo o Censo IBGE (2022), o município de Apicás conta com 8.590 habitantes.

Como já citei acima, nesta aldeia, além de Kayabi, moram pessoas das etnias Munduruku e Apiaká, todos em harmonia e colaboração uns com os outros. A maioria fala somente a língua portuguesa para se comunicar, principalmente pela diferença entre as etnias. A língua portuguesa também é necessária para a comunicação com os não indígenas que visitam ou trabalham na aldeia, mas as pessoas de cada etnia



ainda são praticantes de sua língua materna quando conversam entre si, embora seja uma característica mais marcante dos anciões.

Figura 1 - Vista Aérea da Aldeia Kururuzinho



Fonte: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2013/terra-indigena-kayabi-e-homologada-pela-presidenta-dilma>

Na minha aldeia moram 46 famílias e atualmente todas as casas são cobertas com telhas e cercadas de tábuas e somente suas cozinhas são cobertas com palha de babaçu. Essas cozinhas são construídas para preparar os alimentos tradicionais como peixe assado e carne assada. A cobertura de palha é mais adequada para moquear¹ os alimentos.

A aldeia conta com boa estrutura para atendimento da qualidade de vida das pessoas. Lá tem a escola, o posto de saúde, o poço artesiano que fornece água que chega praticamente em todas as casas das pessoas. O pátio é bem grande, onde fazemos nossas festas e jogamos partidas de futebol. O rio é também um ótimo lugar para a diversão de todos.

¹ Moquear é um processo de secagem dos alimentos pela fumaça, como se fosse um processo de defumar o alimento.

A escola da aldeia Kururuzinho chama-se Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, e foi criada e estadualizada no ano de 2008. Todo o funcionamento segue o sistema estadual de ensino e não temos escolas municipais, somente estadual. Atualmente estamos com três salas anexas, totalizando 150 alunos com a escola sede que estudam em turmas desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Figura 2 - Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*



Fonte: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/12444936-comunidade-indigena-da-aldeia-kururuzinho-comemora-entrega-de-escola-nova>

A escola funciona nos três períodos: matutino vespertino e noturno. São três professores indígenas e quatro professores não indígenas, os quais permanecem na aldeia Kururuzinho por trinta dias direto. Tais professores, nesse período de trinta dias, tiram folga de dois dias apenas, quando vão à cidade para tirar essas folgas, pois precisam resolver suas questões familiares, de bancos. etc. Dessa forma, já ficou acordado com a comunidade esse tipo de folga em dias de semana para estes professores, que são muito bem-vindos na comunidade escolar. A escola também tem duas faxineiras e duas merendeiras. Na escola os professores trabalham com o conhecimento da própria comunidade e os conhecimentos ocidentais, dessa forma buscamos construir uma prática de escola específica e diferenciada.

A escola trabalha com os temas diferenciados, assim, o PPP da escola é proposto de acordo com a realidade do povo Kayabi do baixo Rio Teles Pires. De

acordo com essa elaboração, seguimos o calendário da seguinte forma para trabalhar os saberes da cultura: levar os alunos para o plantio de roça, aulas de campo com anciões, contação de histórias na sala de aula e trabalhamos com a língua materna. Alguns anciões são convidados para falar para os alunos sobre a língua materna e relatar as histórias e mitos da cultura tradicional.

Todas as aulas de língua materna são do povo Kayabi, mesmo tendo as três etnias (já é um acerto com a comunidade da aldeia), apenas somente a língua Kayabi está sendo executada na escola. Além do diferencial de trabalhar a língua Kayabi, a escola também tem trabalhado os saberes indígenas: práticas culturais, tecnologia indígena e práticas agroecológicas. Todas estas aulas são ministradas pelos professores indígenas, com acompanhamento da gestão em todo o desenvolvimento do que foi planejado pelos professores. Dessa forma são executados os temas abordadas e desenvolvidas as atividades planejadas no coletivo de professores.

Vale lembrar que as práticas específicas e diferenciadas são devidamente amparadas por diversas legislações. A Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 215 garante os direitos da educação escolar indígena no que se refere à manifestações próprias e saberes de cada cultura.

Em se tratando de educação escolar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394/1996, também especifica os direitos indígenas, estabelecendo direito à prática e ensino da língua materna indígena e os processos próprios de aprendizagem. Tal legislação esclarece tal direito para todos os níveis de ensino. (LDB, 2023)

Mas, mesmo com a legislação garantindo direito ao trabalho diferenciado na escola, com a criação da DRE-Diretoria Regional de Educação, percebo que os gestores dessa instituição não conhecem bem o funcionamento de uma escola específica e diferenciada, então, nós, professores, estamos com certa dificuldade de executar algumas atividades que envolvem os alunos nas aulas práticas dos saberes indígenas. Tal dificuldade se expressa em cobranças sobre cumprimento de cargas horárias em sala de aula e, às vezes, a não compreensão de que uma atividade na roça tradicional também faz parte da aprendizagem escolar. Mesmo tendo os direitos garantidos, a minha escola vem enfrentando esse desafio, enfraquecendo a cultura e

os saberes tradicionais do povo Kayabi. É como se estivéssemos novamente vivenciando um tempo de escola como no tempo da colonização do país, ou seja, a escola sendo orientada para privilegiar o sistema do mundo não indígena, desrespeitando a rotina e processos próprios da cultura.

Eu, como professor indígena, tenho orientado muito a gestão a manter as aulas de acordo com os nossos planejamentos; também reunimos os líderes da aldeia para informar os fatos enfrentados na escola. Com a participação do cacique e dos demais líderes sempre registramos em ATA para garantia das atividades a serem realizadas com os alunos.

Nessa oportunidade também informamos todos da comunidade para estarem cientes conforme o cronograma da escola. Baseando nas dificuldades, tivemos uma ideia de fazer reunião de alinhamento para ação pedagógica: todos finais de semana temos essas reuniões para alinharmos os trabalhos e esclarecer os objetivos da educação escolar com a inserção dos saberes indígenas devidamente valorizados.

Postura colonial e decolonial.

Entendo que a dificuldade que estamos enfrentando no reconhecimento das nossas práticas específicas e diferenciadas na escola é ainda resquício do pensamento colonial, quando os não indígenas queriam “todos civilizados” à maneira deles. De acordo com Abreu, Almeida e Pereira (2023), devemos buscar e trabalhar a realidade, respeitando as especificidades, independentemente do jeito de ensinar e o direito de usar os nossos próprios métodos, de acordo com a nossa vivência e realidade. Isso seria uma forma de descolonizar o ensino, trazendo uma educação que tenha métodos diferenciados e específicos para cada comunidade. Abreu, Almeida e Pereira (2023, p. 4) reforçam que “(...) a teoria/método (razão e atitude) decolonial compõe um elemento crucial para entendimento de experiências e práticas contra hegemônicas (...)”.

Pela experiência de vida e de estudante, em especial, lembro que a minha infância foi muito crítica no sentido que passei por momentos que a escola não seguia uma matriz diferenciada. Naquela época o ensino era totalmente diferente porque não tínhamos a liberdade de se expressar pelos nossos direitos. Passei por momentos



muito difíceis, pois nessa escola todos os meus colegas de classe questionavam sobre a cultura indígena. Falavam que não era para mim falar na língua materna, diziam que essa língua não entendia nada, era para mim falar só a língua portuguesa. Nem com os outros parentes que chegavam para estudar nessa escola não deixavam conversar com eles e nem fazer amizades com eles, porque, segundo eles, aqueles indígenas não sabiam falar a língua portuguesa.

Inclusive em sala de aula, como professor, faço questão de sempre contar essa história para meus alunos, pois, compreendo que minha experiência serve como exemplo para eles. Conforme a minha explicação acima, penso que foi suficiente para entender que essa escola era uma escola colonial e eu não fazia ideia que essa escola estava tirando a minha liberdade de ser indígena e a minha liberdade de usar a minha cultura.

Conforme os autores que tenho lido e refletido, é fundamental o pesquisador buscar a valorização dos direitos educacionais e valorizando as aprendizagens diferenciadas e específicas, por isso a insistência na minha escola em trabalhar e valorizar aspectos da minha cultura ancestral. Atualmente temos o direito de fortalecer nossa cultura dentro da escola, hoje ela está inserida dentro da matriz curricular da escola. O nosso Projeto Político Pedagógico por exemplo, foi elaborado de acordo com a nossa realidade e acredito que cada escola tem a sua especificidade diante de seu ovo. Acredito que a tendência é melhorar, descolonizar, buscar melhorias adequadas para o ensino e os saberes indígenas.

A seguir, então, trago relato de uma atividade específica e diferenciada que realizei com alunos e a comunidade/pais da Aldeia Kururuzinho, numa perspectiva decolonial

Expedição tradicional pela Terra Indígena Kayabi

Conforme planejado e constando no PPP da Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, realizamos, com alunos, e o devido acompanhamento de pais e anciãos da Aldeia Kururuzinho, uma expedição para conhecer a terra tradicional do Povo Kayabi, quando levamos os alunos para conhecer e visitar os limites da Terra Indígena Kayabi.

Nessa oportunidade pedimos para registrar os lugares onde nossos antepassados sempre viveram, desde os tempos ancestrais.

Para fazer essa atividade tivemos que trazer a comunidade para sala de aula; conversei com os professores juntamente com a gestão escolar para que cada professor se planejasse e trabalhasse com as turmas das séries finais do Ensino Fundamental e com as três turmas do Ensino Médio, organizando e planejando cada passo que cada aluno deveria seguir durante a expedição.

Essa visita tem uma importância fundamental para a construção do conhecimento tradicional do povo Kayabi, que conforme planejado com a comunidade, conseguimos definir o mês para desenvolver essas atividades: todo mês de agosto de cada ano. A comunidade, como um todo, já fica aguardando a realização desta atividade e, nessa oportunidade, trabalhamos com as atividades culturais pertencentes ao povo Kayabi.

Essa atividade é planejada com todos da comunidade e de acordo com o planejamento é feito uma ata e também um termo de responsabilidade para que os alunos possam realizar as atividades com uma garantia de cuidados, conforme a orientação da SEDUC-Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

Em reunião com todos os participantes, foi organizado um cronograma das atividades para que todos ficassem cientes do que iriam fazer, ou seja, cada grupo de aluno ficou responsável por um tipo de atividade: tirar fotos, escrever os nomes dos animais e plantas em língua materna Kayabi e observar os lugares que mais chamam a atenção. É uma atividade, então, que o aluno exercita o registro de todos os momentos da visita.

Nessa expedição foi realizada no ano de dois mil e dezessete, para conhecer a terra tradicional Kayabi, quando participaram setenta e seis alunos e quatro professores. Fomos em cinco famílias, de forma que cada família se responsabilizou pelos seus filhos menores ao longo de todas as atividades. Em geral, a responsabilidade de todos é também de todos, não só dos filhos de cada um. Essa expedição durou sete dias de acordo com o planejamento da escola e da comunidade. Pela base que observamos, fomos em uma distância muito longa, até terras

pertencentes ao Estado do Pará; fomos até o limite da Terra Indígena Kayabi para conhecermos os lugares tradicionais da origem do nosso povo.

Para irmos até ao local do destino planejado, usamos o transporte fluvial: três barcos com o motor 40 HP, 25 HP e 15 HP, sendo que cada barco tinha uma carga de pessoas (e seus pertences) com uma capacidade de peso adequada e segura para navegar no rio. Os conhecedores dos lugares eram os próprios pilotos dos barcos e por já conhecerem muito bem os lugares, eles também contribuíam com as explicações para complementação sobre os nomes dos lugares, até para os alunos entenderem melhor os locais e as regiões.

O grupo da expedição teve a oportunidade de conhecer o rio além dos limites da Aldeia Kururuzinho, conhecer os locais sagrados, conforme a mitologia Kayabi, conhecer plantas tradicionais, ouvir histórias de antigamente, narradas pelos nossos guias. Enfim, estar nos lugares que são mencionados nas histórias das nossas origens. Foram sete dias de muito aprendizado sobre nossa cultura tradicional.

Os alunos tiveram a oportunidade de conhecer e aprender os nomes dos lugares onde há vários tipos de alimentos tradicionais, materiais para a confecção de artesanatos e onde se encontram as ervas medicinais. Inclusive as atividades elaboradas foram através dos conhecimentos identificados.

Figura 3 - Salto do Rio Cururu Mirim



Fonte: Elimar Akai Munduruku, 2017

De acordo com a história contada pelos anciões, o Salto Cururu Mirim é sagrado, porque lá existe o dono dos animais e de todos os animais. É um lugar muito especial para o povo Kayabi pela sua ancestralidade de origem. Inclusive nesse lugar tem muitos peixes, muitos animais e nas histórias contadas pelos anciões, dizem que não pode pegar muitos peixes e nem matar animais só por matar. Se isso acontecer, mais tarde você pode sofrer consequências.

Por isso que para fazer essas visitas, todos são orientados a não praticar esse tipo de ato. Pelo conhecimento dos mais velhos os lugares que tem essas características devem ser respeitadas, principalmente nos lugares que ainda são preservados.

Após o retorno à Escola, foram desenvolvidas diversas atividades a partir da experiência vivenciada na expedição. Por exemplo, em relação ao trabalho da disciplina de língua materna, o professor propôs várias atividades, como escrever os nomes dos animais, nomes dos lugares e também algumas ervas medicinais encontradas no decorrer da expedição.

A escola também organiza uma exposição e apresentações das atividades desenvolvidas pelos alunos ao longo da viagem. Cada aluno fica responsável para apresentar e explicar à comunidade sobre as imagens registradas, sobre as plantas encontradas, os lugares que visitaram e sua relação com a origem do povo Kayabi.

As turmas que participaram dessas atividades foram as turmas do sexto ano do Ensino Fundamental e os três anos do Ensino Médio. Alguns dos alunos do quinto ano também participaram, mas as atividades foram feitas de forma diferente; são utilizados métodos que facilitam as aprendizagens culturais para cada idade que conseguem desenvolver, segundo a proposta de cada professor de sala de aula.

Desta vez a comunidade decidiu não levar anciões muito idosos, pois os lugares onde realizamos essas atividades, são lugares muito críticos, região de muitas corredeiras de rio, muito perigoso para pessoas com dificuldade de mobilidade. Devido o lugar ser dificultoso não arriscamos a levar os anciões.

As atividades foram realizadas com muito sucesso. Tudo que conheceram lá na expedição trouxemos para desenvolver em sala de aula, fizemos vários debates

sobre os conhecimentos dos lugares presenciados e todos conseguiram realizar suas atividades de acordo com o planejamento.

No final das aulas todos os alunos entregaram suas atividades para a coordenação da escola, que fica responsável de registrar oficialmente as atividades entregues, fazer uma avaliação participativa de acordo com as atividades desenvolvidas. Todas as atividades ficam registradas na escola e o objetivo é fortalecer a diversidade cultural do Kayabi.

Pela observação que tive e pelo acompanhamento das atividades, identifiquei através da avaliação que a nossa escola está sendo fortalecida pelo conhecimento da cultura com este tipo de atividade envolvendo alunos e comunidade.

Acredito que valeu a pena fazer aulas diferenciadas com os alunos, pois, com esses conhecimentos, eles poderão saber, conhecer e valorizar o que temos pelo nosso território tradicional. Com certeza essa aprendizagem foi muito significativa para ampliar o conhecimento envolvendo a cultura do povo.

Considerações finais

Ao finalizar está escrita sobre uma experiência realizada pela Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, posso considerar que fico satisfeito ao fazer este relato pois, ao pensar sobre a educação escolar em contexto indígena, pude refletir sobre minhas experiências anteriores e, considerando a atualidade, concluo que venho trabalhando na perspectiva de romper com posturas hegemônicas colonizadoras que a escola as vezes possa tomar.

Planejei e acompanhei a realização das atividades de campo e, posteriormente, também as atividades em sala de aula decorrentes da expedição realizada. Fiquei muito contente quando vi que os alunos conseguiram compreender a importância dessa aula diferenciada e percebi a valorização e o orgulho de conhecer os lugares tradicionais para o povo Kayabi. Fiz essa experiência com os alunos para observar o comportamento de cada um deles, como iriam reagir diante de uma atividade diferenciada, aliás não só para os alunos, mas também para todos da comunidade. Apesar que na escola temos alunos de etnias diferentes, mesmo assim nosso trabalho foi muito produtivo.

Geralmente os jovens de hoje não são muito dedicados, quando se falam em cultura tradicional, mas, com essas atividades, pela avaliação que faço, foi muito importante ter trabalhado com esse tema, inclusive para esse ano estou planejando junto com a escola e comunidade, para darmos continuidade nas atividades.

Através da avaliação descobrimos que os alunos entenderam a geografia indígena, a ciência indígena e a língua materna. Todo esse levantamento é feito com os alunos em sala de aula para fortalecer os saberes indígenas do povo Kayabi.

Referências Bibliográficas

ABREU, Waldir Ferreira, de. ALMEIDA, Débora Renata Muniz. PEREIRA, Alexandre Adalberto. Premissas-força para se pensar a pesquisa decolonial em educação. **Interritório, Revista de Educação. Dossiê Pesquisas decoloniais: sujeitos “outros”, práxis “outras”**. Caruaru: BRASIL, V. 9, número 18, 2023. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/interritorios/article/view/259001>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2023.

MUNDURUKU, Elimar. **Restrições no consumo de alimentos tradicionais do povo Kayabi da Aldeia Kururuzinho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Barra do Bugres. UNEMAT, 2016. Disponível em <http://portal.unemat.br/media/files/ELIMAR.pdf>

PPP-. **Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Itaawy'ak**. APIAKÁ: Escola Estadual Indígena *Itaawy'ak*, 2023.

Recebido: 20/07/2024

Aprovado: 03/08/2024

Publicado: 01/09/2024

